



## **ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS EM SALVADOR: ARTICULANDO UMA POLÍTICA DE POSICIONAMENTO**

Silvana Santos Bispo<sup>1</sup>

Pensar as experiências de mulheres negras é atentarmos para um conjunto de articulações, vivências, heterogeneidades e pertencimentos. No entanto, numa sociedade como é a brasileira, onde se prevalece na memória social de uma gama significativa da população o entendimento de subvalorização, estereotipia e inferioridade desse grupo, se faz necessário o registro de sua história. Na primeira parte do trabalho busco perceber alguns caminhos percorridos para a emergência da História das Mulheres enquanto área de pesquisa que é cunhada especialmente por reivindicações do feminismo, e posteriormente refletirmos sobre algumas experiências do processo de formação do Movimento de Mulheres Negras na cidade do Salvador – Bahia.

Para isto, se faz particularmente importante neste estudo articular percepções sobre algumas categorias de análises como: mulheres, gênero, raça e classe como processos interseccionais, estruturas de dominação que se operam, estruturando o processo de opressão sobre as mulheres, em especial as negras. Desse modo, a perspectiva do feminismo negro, tanto como pensamento, quanto prática política é fundamental quando pontuamos as conjunções dos pertencimentos políticos e sociais que ocupam as mulheres negras brasileiras.

Ao longo das quatro últimas décadas o feminismo enquanto movimento social tem se modificado ao longo desse período, adaptando-se ou incorporando novos questionamentos, proposições e demandas de diferentes grupos de mulheres. O início do movimento, no entanto, até a segunda metade do século XX foi marcado pela afirmação de uma identidade comum a todas as mulheres dada pelo sexo, diferenciada da identidade sexual do homem. A noção de universalidade entre as experiências das mulheres era uma condução frequentemente estabelecida no movimento feminista. A partir deste entendimento a categoria “mulher” foi usada para afirmar todas as reivindicações em nome das mulheres como se todas sofressem o mesmo tipo de opressão, identidade e experiência.

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Atualmente está como Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPG- NEIM pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Bolsista FAPESB. Contato: [mnegrass@hotmail.com](mailto:mnegrass@hotmail.com)



A crítica ao movimento e a noção de unicidade entre as mulheres surgiu, principalmente, entre as mulheres norte-americanas. As mulheres negras, por exemplo, questionaram de que ‘mulher’ falavam as feministas brancas, considerando que não se sentiam incluídas no debate. Para Pedro (2005) todo este debate fez ver que não havia a ‘mulher’, mas sim as mais diversas ‘mulheres’, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Ao questionarem a fixidez da categoria ‘mulher’, as negras, índias e mestiças afirmavam a necessidade de se pensar a diferença dentro da diferença, ou seja, o fato de serem mulheres não as tornava iguais e tampouco a opressão era vivida da mesma forma. A variação de pertencimentos desses grupos acabava por demonstrar a necessidade do movimento feminista aprofundar o entendimento sobre diferença.

Pensando na experiência do Brasil o embate entre as mulheres no seio do movimento feminista ocorrerá a partir da década de 80, período em que as mulheres negras constituíram suas primeiras organizações não-mistas<sup>2</sup>, saindo das experiências e embates junto ao MNU e o Movimento Feminista, “as mulheres negras deram impulso à construção de sua organização com fisionomia própria e caráter nacional, visando intensificar as reflexões e ações para o combate às opressões racial e de gênero” (RIBEIRO, 1995, p. 446). O movimento feminista constituído em sua maioria por mulheres brancas, letradas e de classe média foi pressionado a repensar sua fala e posicionamento sobre as variações de identidades entre as mulheres brasileiras, pois, “inúmeras foram às contradições que se manifestaram entre as mulheres demonstrando a impossibilidade de se pensar uma identidade comum. A fragmentação de uma idéia universal de ‘mulheres’ por classe, raça, etnia e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista” (SOIHET, 1997, p.81).

Revelar a história das mulheres negras brasileiras ao longo do tempo e lugares requer atentarmos para um lócus discursivo que envolve experiências, pertencimentos, diferenciações, caminhos, embates, silêncios, invisibilidades, estereótipos, etc. No entanto, não é nosso propósito expor aqui uma reconstituição exaustiva sobre essa discussão, e sim, contribuir para o registro de uma história que é plural, mas que ainda se encontra subvalorizada no imaginário da sociedade brasileira, assim como, na esfera acadêmica.

---

*Feminismo e História das Mulheres: ressignificando intersecções*

<sup>2</sup> Estamos utilizando os conceitos de organizações/entidades mistas para designar grupos formados por homens e mulheres negro/as. Já o termo organizações/entidades não-mistas diz respeito a grupos compostos exclusivamente por mulheres ou ainda aquelas que contêm integrantes homens, mas seus quadros dirigentes são exclusivos das mulheres.



O movimento feminista imprimiu a década de 60 e principalmente nos anos 70 – o feminismo da segunda onda – uma série de reivindicações no plano político e simbólico. Aspectos como: reconhecimento da mulher politicamente, direitos das mulheres e políticas governamentais que atendessem as questões femininas, foram algumas das dimensões expostas pelo movimento. As transformações na historiografia, articuladas ao movimento feminista, neste período, foram fundamentais para o estabelecimento da História das Mulheres como campo de pesquisa.

Nesse ínterim, foi a partir de 1960 com o “advento da teoria feminista e mesmo o desenvolvimento de sua prática denotada a partir da formação do movimento feminista nos Estados Unidos, que os debates em torno dos estudos sobre a mulher acabam por reivindicar novas interpretações” (FACINA e SOIHET, 2004, p. 9). Com isto, não há como pensar a emergência e mesmo o desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres sem vislumbramos o papel do movimento feminista nesta história. Observa-se então, que a maior parte da produção de trabalhos que têm como foco principal o estudo sobre as mulheres se desenvolveu com novas condições e expansão dos limites da história.

Na década de 70, por exemplo, os/as historiadores/as pensaram as mulheres como uma categoria homogênea e universal, para estes, as mulheres se moviam em contextos e papéis diferenciados, mas não deixavam de ser biologicamente identificadas como feminina, teriam supostamente uma essência. Para contrapor essa perspectiva essencialista de “mulher” a noção de desconstrução é introduzida pelo pensamento feminista, assim, “a desconstrução passa a ser uma ferramenta chave do feminismo” (AZERÊDO, 2007, p. 84). No final dessa década cresce o entendimento da necessidade da diferenciação, fragmentação e heterogeneidade sobre as idéias e prerrogativas universalizadas que dizia respeito as mulheres, até então disseminadas pelos estudos históricos, passando a serem pensadas numa ótica de desconstrução com a inclusão de outros marcadores, tais quais: raça, classe, etnia, sexualidade, geração, territorialidade, dentre outras identidades.

Neste período assistimos também os grandes questionamentos à história como disciplina. A história vivia a chamada crise dos paradigmas, sendo que de um lado estava o paradigma “moderno” ou “iluminista” - uma história interpretativa, estrutural, explicativa, regida por leis gerais, apoiada na razão, na objetividade da linguagem, na existência de um sujeito único, estável e na neutralidade da ciência. E de outro lado o paradigma “pós-moderno”<sup>3</sup>, que trouxe a descrença em relação às metanarrativas, a valorização da subjetividade dos sujeitos, a ênfase na linguagem

---

<sup>3</sup> Ver sobre a crise dos paradigmas em CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. 1997, p. 1-23.



mediando o conhecimento, a incredulidade na neutralidade científica e na objetividade, a negação de leis gerais explicativas e a instabilidade dos conceitos.

Muitas/os pesquisadoras/es seguindo as novas concepções começaram a resgatar as mulheres dos porões e dos sótãos da antiga forma de narrar a história, situando-as ao mesmo tempo como sujeito e objeto de novas narrativas históricas (CARDOSO, 2008). No caso das mulheres negras, no entanto, a historiografia ainda apresenta lacunas, que são preenchidas, na maioria das vezes, pelas próprias pesquisadoras negras, apesar da história das mulheres, como campo de pesquisa, ter sido fruto de demandas feministas (SOIHET e PEDRO, 2007).

A história das mulheres surge então como demanda do movimento e do pensamento feminista e das transformações das correntes históricas modernas na busca de outros sujeitos. A teoria feminista busca transformar as noções de uma literatura que representa as mulheres enquanto sujeitos a-histórico e invisibilizadas pela ciência androcêntrica, desse modo, a teoria feminista contemporânea inverte completamente o lugar da mulher “quando a coloca no centro do compasso para, a partir daí, desenhar o círculo. Ela é o centro das considerações, o seu universo, as mulheres que escrevem, as personagens, e a crítica que é feita pelas mulheres enquanto sujeitos” (BEDASEE, 2000, p. 113)

No campo acadêmico, em especial na História também foi a partir dos anos 80 que historiadoras/es passaram a usar gênero enquanto categoria de análise. Segundo Maria Izilda S. Matos (1997) é em função dessas críticas [referindo-se a categoria mulher] das próprias transformações nas reivindicações dos movimentos feministas que surge o gênero enquanto categoria de análise histórica. A introdução da categoria gênero se constitui na possibilidade de evitarmos as posições binárias e dicotomizadas nas relações entre homens e mulheres. Assim, gênero aqui é pensado como um instrumental teórico relacional que está articulando como outras estruturas de subordinação, como as noções raciais, de classe, território, sexualidades, etc.

As relações sociais entre os seres humanos se estruturam também a partir de outros elementos ou marcadores sociais, responsáveis pelas construções identitárias dos indivíduos, como raça e classe. Contudo, a aplicabilidade de raça nas pesquisas acadêmicas enquanto categoria analítica vem sendo criticada, pois muitos/as estudiosos/as acreditam que a categoria está preñe de significados biológicos, defendendo, por isso, o uso da categoria etnia, por acreditarem que a discussão é deslocada do campo da esfera da natureza para a da cultura.

Pensamos a categoria de raça como uma construção social, em não uma estrutura biológica. Para Stuart Hall (2003), com quem concordamos, raça é uma construção política e social, um



conceito relacional, histórico, político e culturalmente construído, acionado pelos sujeitos a partir de experiências compartilhadas em contextos pós-coloniais. Gomes (2001), na mesma linha, defende o uso da categoria raça como instrumento analítico, na medida em que tal categoria nos permite entender contextos históricos como o brasileiro, onde homens e mulheres negros sofrem os efeitos do racismo e da discriminação racial, decorrentes tanto dos aspectos culturais presentes em suas vidas, quanto “pela conjugação entre esses aspectos (vistos de maneira negativa) e pela existência de sinais discriminatórios que remetem esse grupo a uma ancestralidade negra e africana” (GOMES, 2001, p.84). Carneiro (2005) avança na discussão e sublinha que raça, da mesma forma que gênero, possui dupla perspectiva: uma teórica e outra política. Enquanto instrumento metodológico comporta a compreensão das “relações desiguais entre os diferentes grupos humanos mais especificamente as desigualdades de tratamento e de condições sociais percebidas entre negros e brancos no Brasil” (CARNEIRO, 2005, p.52).

Desta forma, através da percepção da formação discursiva que sustenta a noção de superioridade de um grupo social sobre outro, a categoria cria condições para a rejeição de perspectivas essencialistas e fornece elementos para entendermos como o processo de opressão dos grupos racialmente discriminados foi construído em diferentes contextos históricos. Para uma abordagem analítica de raça é necessário partir de questionamentos que elucidem que tanto os privilégios dos brancos quanto a exclusão dos negros são questões raciais socialmente construídas. A abordagem interseccional apresenta-se, portanto, como concepção teórica, política e instrumento para o escrutínio das estruturas de poder, produtoras de hierarquias e desigualdades, visibilizando a existência ou não de desvantagens produzidas pelas discriminações de gênero, raça, sexualidade, entre outras, sobre a vida de algumas mulheres.

#### *Negras em Movimento: um breve relato sobre experiência de Salvador*

Salvador – São Salvador da Baía de Todos os Santos – capital do estado da Bahia, está como a terceira cidade mais populosa do Brasil. Historicamente é conhecida por “Roma Negra”, devido a seus aspectos físico-geográficos e por ser a cidade com maior população negra fora do continente africano. Certamente poderíamos conceituá-la como a cidade dos contrastes, das exclusões que afetam homens e mulheres negros/as cotidianamente. Se por um lado temos a tão vendida e propagada “felicidade”, “hospitalidade” afro-baiana, de outro, fazemos parte de um contingente populacional fortemente excluído e discriminado em todas as esferas desta sociedade. Somos nós



que estamos ocupando os piores índices estatísticos do país no que se refere ao acesso a bens e serviços básicos como, saúde, educação, segurança, emprego, habitação, dentre outros.

É a partir deste contexto que precisamos localizar e entender o surgimento no ano de 1978 do MNU em Salvador, com a perspectiva de combater o quadro de exclusão da população negra na cidade e no restante do Brasil. O MNU, uma das entidades negras mais antigas do país, teve à sua frente uma luta extremamente conflituosa com os setores dominantes e hegemônicos da sociedade baiana e contou com a participação efetiva de mulheres negras em seus quadros políticos. Desse modo, explicitar a importância e representatividade do Movimento de Mulheres Negras e suas bandeiras de lutas exige refletirmos e dialogarmos com o que Luiza Bairros chamou de “diferentes formas da experiência de ser negro (vivido ‘através’ do gênero) e ser mulher negra (vivida ‘através’ da raça), a qual torna supérfluas discussões a respeito de que seria a prioridade do movimento de mulheres negras. (...) do ponto de vista da reflexão e da ação política, um não existe sem a outra” (BAIROS, 2000, p. 35).

Para Maria Consuelo C. Campos, “no entre-lugar, interseção e síntese do movimento negro com o movimento feminista, o movimento de mulheres negras afirma, politicamente, o protagonismo de um sujeito específico, na luta contra o racismo e o sexismo” (CAMPOS, 2001, p. 5). Na década de 70, Lélia Gonzalez já falava sobre a urgente necessidade de percebermos as mulheres negras brasileiras distanciadas do olhar do dominador, do olhar hegemônico que nos colocam em espaços desprivilegiados. Ela nos alertava para a necessidade de fazermos emergir questões sobre nós numa outra perspectiva, numa outra linha discursiva, numa lógica que realmente capturasse nossa real representação. Para Lélia,

O fato é que, enquanto mulher negra sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falam de mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. (...) E isto começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulatas, domésticas e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência. (GONZALEZ, 1987, p. 227)

À luz das idéias da autora pensamos, por exemplo, a importância do processo de diáspora para as mulheres negras como condição social específica, uma vez que culturas nas diásporas<sup>4</sup> têm suas próprias especificidades, e estas dimensões devem ser capturadas se quisermos dimensionar, de certo modo, todo o processo histórico e político-social que nos envolve enquanto populações afro-brasileiras, com todas suas redefinições de pertencimento, subjetividades e identidades.

---

<sup>4</sup> Diáspora africana é aqui entendida como um processo forçado de dispersão das populações negras pelo mundo durante o processo de tráfico transatlântico.



As mulheres negras soteropolitanas construíram/constroem uma articulação política plural, que tem como base a luta feminista negra que é anti-sexista, anti-lesbofóbica e homofóbica. Essa conjuntura política está sob a égide de reivindicações, estas, munidas com seus referenciais de identidade, experiências e práticas que se inscreveram e se inscrevem sobre uma diversidade de perspectivas relativas ao gênero, raça, sexualidade e políticas de empoderamento. Pontua-se assim toda complexidade de um grupo heterogêneo que se inscrevem em diferentes espaços de luta. O processo de gestação e atuação do Movimento de Mulheres Negras, hoje espalhados por todo o país em forma de coletivos, organizações, entidades, casas, grupos, núcleos, institutos, devem ser percebidos como referenciais importantes de militância e ativismo político, que cotidianamente expressam e denunciam as percepções das desigualdades das quais mulheres negras são vítimas em potencial.

Pensando na experiência da cidade de Salvador, pela iminência da dificuldade da maior parte dessas mulheres estarem se colocando nas discussões conjuntas com os homens, mesmo no seio de um movimento político/histórico de experiências compartilhadas como a escravização, o racismo e a discriminação, existia o entrave da perspectiva política que desse conta da prerrogativa da inserção da discussão de gênero, por exemplo. Luiza Bairros em entrevista relata a estratégia utilizada pelas mulheres do MNU/Salvador para terem suas falas garantidas em reuniões dentro do MNU. Segundo Bairros:

(...) fizemos na verdade um programa que foi quase uma ‘capacitação’, à nossa moda, a gente não dava este nome, mas era o que a gente fazia. (...), nas reuniões que tínhamos durante a semana, dia de quarta-feira nem sempre dava para discutir tudo, então a gente tinha reuniões aos sábados que também eram os momentos que recebíamos pessoas novas interessadas em participar, e aproveitávamos para discutir algumas questões com mais profundidade (...). Então, o que nós mulheres fazíamos? *Nós reuníamos as mulheres pela manhã, e a gente pegava toda pauta da reunião que ia haver de tarde, e discutíamos a pauta da reunião toda antes, porque entre nós todo mundo falava entendeu?! Então, era muito bacana, porque daí quando o restante da militância chegava que eram os homens realmente, nós já estávamos super aquecidas e quando chegava na hora da reunião toda mundo tinha uma opinião, todo mundo se manifestava, todo mundo tinha uma idéia, etc.* (Grifos meus).<sup>5</sup>

Mas é claro que a reação por parte da maioria dos homens não era a das melhores. Luiza segue informando que, (...) “*a reação da maior parte dos homens foi muito ruim a este processo, eles diziam que quase que estamos formando uma ‘tendência’ dentro da entidade porque vínhamos para as reuniões com as opiniões formadas, e não passávamos por aquele processo junto com eles de construir as idéias*”. (Grifos meus). Segundo a opinião da depoente, este processo foi bastante importante na medida em que ajudou a desvendar o próprio machismo que existia dentro da

---

<sup>5</sup> Entrevista cedida em maio de 2007.



entidade, e muitos homens se assustaram com a força que aquelas mulheres foram ganhando. Assim, de forma alguma podemos individualizar as experiências das mulheres negras dentro do MNU/Salvador, pois, esta se coloca em espaços de luta de poder e fortalecimentos de identidades. Não é somente pensar o fortalecimento de uma entidade negra mista, é necessário se posicionar diante das práticas sexista ao quais os homens negros também endossam. É tomar partido de uma luta que não tramita apenas pela linha racial, mas também a partir de outros marcadores estruturais, como gênero, sexualidade, classe, religiosidade, localidade, etc.

Em relação à proximidade junto ao Movimento Feminista a adesão das mulheres negras revela-se conflituoso desde o primeiro momento. Fica evidenciado o universo do trabalho como um dos pontos de divergência entre mulheres negras e brancas. No entanto, corroboram para essas diferenciações as posições sócio-culturais de cada grupo, visões de mundo diferenciadas, a experiência histórica particular – a experiência da escravidão colonial – as características distintas destes indivíduos. Perguntado a Luiza quais eram os pontos de divergências entre mulheres negras e brancas, ela nos diz:

(...) esta questão do trabalho era uma questão fortíssima naquele momento, primeiro era uma coisa muito importante no movimento feminista colocar a necessidade da entrada da mulher no mercado de trabalho, como um fator de libertação da mulher. Ela ir para o mercado de trabalho, ter acesso a sua própria renda, etc. E a gente colocava o seguinte: para a mulher negra a questão não era ir para o mercado de trabalho porque a gente já trabalhava há muito tempo. A questão era, portanto, as condições como a gente estava inserida no mercado de trabalho. (...) para que as mulheres brancas pudessem ir para o mercado de trabalho era preciso que alguém tomasse conta das casas dela, e estas mulheres eram as mulheres negras, exploradíssimas no trabalho doméstico, com salários ridículos, sem nenhum tipo de direito, etc.

Assim, os mecanismos específicos nos contornos políticos e culturais estabelecidos, eram lidos de forma diferente pelas mulheres negras. Estas mulheres queriam e querem respostas que atendam nossas especificidades. Desse modo, é justamente na esfera racista e sexista que o Movimento de Mulheres Negras opera, é a partir da percepção de estarmos buscando ações efetivas e que tenham por base o poder de alterar as relações de desigualdades fortemente estruturadas em nossa sociedade que o feminismo negro faz-se cotidianamente e que as mulheres negras demarcam contundentemente. As ações e conquistas construídas dos mais variados pertencimentos são frutos de processos gestados há mais de três décadas, haja vista que estamos lidando com uma sociedade moldada a partir de sustentáculos racistas e excludentes.

Uma sociedade que busca desqualificar processualmente a identidade histórico-cultural das populações afro-brasileiras, acabando por relegar às mulheres negras os espaços subalternizados, marginalizados que são operacionalizados sob a ótica da opressão e da discriminação racial, sexual de gênero e outros, são os campos sobre o qual o Movimento de Mulheres Negras soteropolitanas



atua. Essas mulheres cotidianamente transformam e constroem alternativas de luta, sejam elas estabelecidas em práticas políticas, teóricas e sociais ao longo de toda sua trajetória. Quando nos referimos a uma política de posicionamento no título do presente artigo, estamos identificando toda uma história de múltiplos sujeitos históricos com pertencimentos, experiências, identidades e lutas seculares.

Como nos diz Werneck (2010) não existem as mulheres negras, e sim as variações de identidades e histórias de um grupo que ressignifica seu espaço de lutas e posições. Mulheres negras são resultados de uma articulação e heterogeneidades, que resulta de demandas políticas, sociais e históricas. Assim, na expansão da posituação dos valores da diáspora africana e afro-brasileiros, nós mulheres negras, estamos introduzidas no debate que é plural e diverso, caracterizando um embate contra as estereótipias e subvalorizações as quais nos são condicionados pelo imaginário nacional.

#### BIBLIOGRAFIA

- AZERÊDO, Sandra. Preconceito contra a “mulher”: diferenças, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Revista Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ. Vol. 3, nº. 2, 1995.
- CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. A escrita negra e o movimento negro brasileiro. Extraído do site: [www.amulhernaliteratura.ufsc.br](http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br). Acesso em: 15 de junho de 2007.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 5º ed. Rio de Janeiro. Campus, 1997.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339f. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2005.
- FACINA, Adriana e SOIHET, Rachel. Gênero e Memória: algumas reflexões. *Revista Gênero*, Niterói, v. 5, n. 1, p. 9-19, sem. 2004.
- GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane. *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus. 2001.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. In. *Movimentos Sociais Urbanos: memórias étnicas e outros estudos*. Org. Antonio Silva Brasília, ANPOCS, 1983. Cap. 3, item 1, p. 223-244. (Ciências Sociais Hoje, 2).
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.



MATOS, Maria Izilda S. de. Outras Histórias: As mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. Orgs. Maria Izilda S. de Matos, Maria Angélica Soler. – São Paulo: EDUC, 1997.

PEDRO, Joana M. Historicizando o gênero. In: FERREIRA, A.C., BEZERRA, H.G., LUCA, T.R. (orgs.). *O historiador e seu tempo*. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008. p. 163-188.

RIBEIRO, Matilde. O Feminismo em novas rotas e visões. In. *Revista Estudos Feministas*. V. 14, nº. 3, Florianópolis/ set.dez. 2006.

SOIHET, Raquel, PEDRO, Joana. M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, 2007. p.281-300.

WERNECK, Jurrema. Nossa Passos Vêm de Longe! Movimento de Mulheres Negras e Estratégias Políticas contra o Sexismo e o Racismo. In. *Revista da ABPN*. Vol. 1 – Mar-Jun. de 2010.